

SIMPÓSIO AT095

APAGAMENTO DO INDÍGENA NAS NARRATIVAS DE CONSTRUÇÃO DO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA DECOLONIAL

ERTHAL, Juliana Dias

Licencianda em Letras Português pela Universidade Federal de Goiás

juliana.ertal@hotmail.com

Resumo: Este é um estudo sociolinguístico, na perspectiva decolonial, sobre o apagamento dos povos indígenas na narrativa de construção da *brasilidade*. Foi desenvolvida uma análise interpretativa dos textos das constituições brasileiras, de 1824 a 1988, das leis de diretrizes e bases da educação nacional, de 1961, de 1971 e de 1996, e de narrativas literárias. A discussão dos resultados está ancorada no conceito de 'memoricídio', de Fernando Báez (2010), com foco na América Latina, e de Jorge Tolosa (2018), com base na Faixa de Gaza e na abordagem da 'decolonialidade' de Walter Mignolo (2017). Os resultados do estudo mostram que há uma *metanarrativa* oficial de construção da brasilidade, na qual o *indígena* está apagado como indígena, mesmo quando ele está representado como herói. É importante destacar que, apesar desse explícito apagamento, os povos indígenas resistem, o que não tem permitido a sua total ausência das narrativas. Com este trabalho, espera-se explicitar os processos de apagamento dos indígenas nos documentos referenciados, e propor outras narrativas, que enfrentem e desnaturalizem a *metanarrativa* oficial.

Palavras-chave: Brasilidade; Povos indígenas; Decolonialidade; Narrativas de apagamento.

Resumen: Este es un estudio sociolingüístico, en la perspectiva decolonial, sobre el borrado de los pueblos indígenas en la narrativa de construcción de la brasilidad. Se desarrolló un análisis interpretativo de los textos de las constituciones brasileñas, de 1824 a 1988, de las leyes de directrices y bases de la educación nacional, de 1961, de 1971 y de 1996, y de narrativas literarias. La discusión de los resultados está anclada en el concepto de 'memoricidio', de Fernando Báez (2010), enfocado en América Latina, y de Jorge Tolosa (2018), en relación con la Franja de Gaza y en el abordaje de la 'decolonialidad' de Walter Mignolo (2017). Los resultados del estudio muestran que hay una metanarrativa oficial de construcción de la brasilidad, en la que el indígena está apagado como indígena, incluso cuando está representado como héroe. Es importante destacar que, a pesar de ese explícito borrado, los pueblos indígenas resisten, lo que no ha permitido su total ausencia de las narrativas. Con este trabajo, se espera explicitar los procesos de borrado de los indígenas en los documentos referenciados, y proponer otras narrativas, que enfrenten y desnaturalizen la metanarrativa oficial.

Palabras clave: Brasilidad; Pueblos indígenas; Descolonialidad; Narrativas de borrado.

Introdução

Na Sociolinguística, linguagem e sociedade são inerentes uma a outra e se desenvolvem, de forma imbricada. Os retratos sociolinguísticos sobre a realidade, em todos os tempos, são construídos e apresentados, por meio de

narrativas. A narrativa constitui a principal estratégia de representação do real e de convencimento sobre uma dada perspectiva sobre a realidade. Por isso, é fundamental a instauração de lutas narrativas para evitar o estabelecimento e a fixação da *narrativa única* sobre determinados fatos, conforme nos alerta Chimamanda Adichie. Por esse motivo, a narrativa é a metodologia básica da Sociolinguística.

O objetivo deste trabalho é discutir sobre como os povos indígenas são apagados na narrativa oficial de construção da brasilidade, por meio da construção da história oficial do Brasil, apesar de ser eleito o herói nacional, pela literatura. Os objetivos específicos são evidenciar as estratégias adotadas para o apagamento do indígena nas narrativas de construção da brasilidade; apontar estratégias para desestabilizar o aparato oficial de construção da brasilidade e do *ethos* indígena oficial, ou seja, do indígena como herói nacional.

Para a instauração das lutas narrativas, com a entrada de mais uma narrativa, da perspectiva da não oficialidade, consideramos oportuno assumir a opção teórico-política decolonial, visto que a proposta desta discussão é problematizar a narrativa oficial sobre a história oficial brasileira, na qual a imagem do indígena, como o herói nacional, não corresponde à sua imagem de indígena, tratando-se de desestabilizar a *colonialidade*, configurando a proposta como *decolonial*.

A metodologia adotada para a leitura e interpretação dos pontos de vista é o Paradigma Indiciário Semiótico, de Carlo Ginzburg (2016), em que a interpretação dos textos e dos discursos é concebida como uma forma de tradução transemiótica de realidades em diálogos, seguindo as pistas linguísticas, que estão em travessia no espaço-tempo (*cronotopo*), revelando as *polifonias* nesse *cronotopo* (VOLOCHINOV, 2017).

A materialidade empírica que serve de base para a discussão são as constituições brasileiras, de 1824 a 1988; as leis de diretrizes e bases da educação nacional: 1961, 1971 e 1996; o poema épico "O Uruguai" (1769), de Basílio da Gama, o romance "Iracema" (1865), de José de Alencar, e o poema "Marabá" (1851), de Gonçalves Dias, os quais retratam o início da construção da brasilidade.

1. Apresentação do problema e principais questões abordadas

A história oficial do Brasil inicia-se com os navegantes da esquadra de Cabral avistando o que eles viriam a chamar, futuramente, de Brasil. Entretanto, essa não é a história única que circula, sendo apenas uma das narrativas, aquela contada por aqueles que estão no poder e mantêm sua influência sobre a maioria das informações que são divulgadas. As versões dos povos que já viviam aqui antes da chegada dos colonizadores são ignoradas, ao passo que a versão oficial é reforçada e transmitida pelas principais agências de letramento e pelos meios de divulgação de informação. O apagamento da memória (memoricídio) do que foram e do que são os povos indígenas que viviam e vivem hoje no Brasil formou uma lacuna na história do país.

Sobre os povos indígenas brasileiros há pouca informação que circula, pelo fato de nunca ter sido feito um censo, e essa negação da informação é uma forma de negar a existência e de produzir a ausência do que se quer esconder (SANTOS, 2006). Mas apesar da omissão de órgãos de Estado, a FUNAI faz pesquisas que afirmam que no Brasil existem cerca de 215 povos indígenas aldeados, com uma população aproximada de 345 mil pessoas, falando mais de 180 línguas diferentes, conforme Rodrigues (1986). Ou seja, são milhares de indígenas, cada povo com seu diferencial, e ainda assim a grande maioria dos brasileiros se refere a eles situando-os no passado, com uma representação sobre eles fixada nesse tempo que já foi.

Partindo desses pressupostos, é possível entender que ocorreu e ainda ocorre o apagamento do indígena nas narrativas de construção do Brasil, como uma forma de colonialidade por parte dos órgãos oficiais brasileiros e a hipótese levantada é que há esse apagamento pode se tratar do *diferente colonial* (MIGNOLO, 2003), que fere o discurso tradicional eurocêntrico, que perpassa a maioria das esferas sociais.

2. Ecologia dos saberes envolvidos na pesquisa

Os referenciais teóricos desta pesquisa visam a compreensão dos principais conceitos abordados que são o de memoricídio e o de decolonialidade.

Mignolo (2017), em seu artigo discute o nascimento do pensamento colonial juntamente com o processo de colonização das Américas e afirma que o pensamento decolonial e as opções decoloniais são um

inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias (MIGNOLO, 2017, p. 6).

Além desses conceitos de colonialidade e decolonialidade, Jorge Tolosa (2018) em seu artigo fala sobre o processo de memoricídio vivenciado pelo povo palestino na região da Faixa de Gaza onde houve uma colonização dos israelenses sobre eles, chamada “aliya”, e se deu a partir da minoria branca colonizadora contra a minoria não-branca como uma forma de limpeza étnica da região. A destruição de árvores que fazem parte da cultura palestina como a oliveira, e a substituição por outras espécies de plantas europeias na região que hoje é o Estado de Israel, além da construção do Muro da Cisjordânia em 2002, fazem parte do apagamento da memória desse povo palestino que foi expulso de sua região de origem.

2.1 Postulados metodológicos

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de documentos oficiais: as Constituições brasileiras, desde 1824 até 1988, e das leis de diretrizes e bases da educação nacional: 1961, 1971 e 1996. Além disso, foram feitas leituras de textos que vão de encontro à perspectiva que defendo neste trabalho, no que diz respeito ao apagamento do indígena na construção histórica do Brasil, como o de Azambuja (2013), que fala sobre as narrativas literárias que mostram as diversas figurações do índio.

Para a interpretação dos documentos e das narrativas, foi adotado o Paradigma Indiciário Semiótico (GINZBURG, 2016), que prima pela valorização dos pormenores, dos detalhes de uma obra, no lugar de olhar a obra em seu conjunto, sendo “um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 2016, p. 149).

No modelo epistemológico “indiciário”, proposto por Ginzburg, há um modelo “anatômico” e há um modelo “semiótico”. Nos estudos sobre a linguagem, com textos e discursos, prevalece o Paradigma Indiciário Semiótico, que é a busca perspicaz pelos signos involuntários que escaparam ao

policciamento do rigor e da norma; é a busca pelo dizer, através dos detalhes esquecidos, escapados, pelos resíduos deixados pelo descuido do cochilo e do cansaço. Busca-se o dizer oculto na sutileza da fina ironia e das passadas metáforas. O que se pode concluir do Paradigma Indiciário Semiótico é que importantes evidências se encontram em pequenos detalhes, e que para encontrar essas evidências, deve-se contar com a “alta intuição”.

3. Interpretação dos documentos oficiais

A ausência dos indígenas nos documentos oficiais do Brasil, desde a independência até os dias atuais, reflete o apagamento proposto como hipótese do meu trabalho. É isso que passo a mostrar.

3.1 As constituições brasileiras

A noção de cidadão brasileiro, sendo a da pessoa que nasce em territórios brasileiros, perpassa todas as Constituições, desde a primeira, de 1824, até a última, de 1988. Logo, a população indígena deveria estar incluída nessa noção de cidadão, porém, somente na última Constituição, a de 1988, a denominação “índio” ou “indígena” é mencionada no documento.

Dentre os mais de duzentos artigos da Constituição Federativa do Brasil, de 1988, nove tratam da população indígena brasileira: Art. 20, Art. 22, Art. 49, Art. 109, Art. 129, Art. 176, Art. 210, Art. 215, Art. 231. Esses artigos referem-se à posse das terras indígenas pela União, à tutela dos indígenas pelo Estado e às deliberações dos conflitos entre indígenas, não indígenas e o Estado, além de referirem-se à educação e à cultura indígena.

3.2 As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

As LDB são as leis que regulamentam o sistema educacional brasileiro e supostamente existem com o intuito de garantir a todos os cidadãos brasileiros o direito à educação pública ou privada que vai desde a educação básica ao ensino superior. Esses documentos fazem poucas referências aos povos indígenas. Dentre as três LDB (1961, 1971 e 1996), somente na última, há artigos que se referem à questão indígena na educação brasileira: Art. 26. § 4º, Art. 32. § 3º, Art. 78, Art. 79, Lei 11.465 (10/03/2008, Lei complementar): Art. 26-A. Esses artigos e parágrafos tratam dos direitos educacionais dos povos indígenas e do reconhecimento e inclusão das temáticas indígenas na educação nacional.

4. Interpretação das narrativas literárias

No poema épico “O Uruguai” de Basílio da Gama, percebe-se o apagamento do indígena, uma vez que sua imagem é retratada pelo olhar do colonizador (SANTOS, 2009), e a imagem da “feiticeira”, como a da personagem *Tanajura*, representa a transposição de valores de um mundo, a Europa, para outro, a América.

Observa-se com essas perspectivas de análises, que já no século XVIII existiam as representações que apagam e transfiguram a imagem do indígena, por eles estarem sempre em contato com homens brancos que o dominavam – neste caso dominados pelos jesuítas, que por mais que quisessem fazer o “bem” evangelizando-os de acordo com os preceitos da igreja católica e os defendendo do extermínio cometido pelos portugueses e espanhóis, ainda assim lhes promoveriam “uma guerra ideológica, opressiva e desigual” (TEIXEIRA, 1996, p. 1996, p. 85 *apud* SANTOS, 2009, p. 115). Logo, a representação, que permite dizer que também houve um apagamento, dos indígenas no decorrer da narrativa do poema, é observada em uma arquitetura em que o “traço imanente do colonizador rechaça a figura do nativo como homem da terra e dotado de direitos” (SANTOS, 2009, p. 19), ou seja, não considera o indígena além de uma mão de obra e de um ser evangelizado, não o considera como um ser humano que merecia viver sob seus próprios costumes a fim de não ter que lutar e resistir para isso.

Essa forma de transposição se repete em Gonçalves Dias, com a imagem da índia mestiça branca e loira, em Marabá. Nesse poema, o eu-lírico faz comparações em cada estrofe exaltando os “*olhos cor de safira*”, o “*rosto da alvura dos lírios*”, o colo que se “*encurva engraçado*” e os “*longos cabelos, são loiros, são belos, mas são anelados*” (DIAS, 2001, p. 117-118) da índia mestiça. Esses traços só podem ser diferenciados porque ao longo do poema, há uma intensa comparação entre a indígena não-mestiça e a mestiça, e essas características apenas reforçam sua condição de índia branca, excluída amorosamente tanto pelos pretendentes indígenas quanto pelos pretendentes brancos.

Tal representação feita por Gonçalves Dias de uma indígena totalmente branca, de cabelos ondulados e loira, por si só já apresenta uma problematização, pois é como se deixasse de lado a índia não-mestiça com sua

condição de explorada pelos colonizadores, e focasse apenas no sentimento romântico de desejo amoroso da índia mestiça que provavelmente não passa pelas mesmas situações vivenciadas pela outra não-mestiça. Dias traz uma imagem da beleza de Marabá que é exaltada pelos seus possíveis pretendentes, mas logo é deixada de lado, devido a sua mestiçagem.

O mesmo ocorre em José de Alencar, no romance “Iracema”, em que o autor retrata o índio por meio de uma imagem idealizada e romântica, nos moldes do romantismo europeu, principalmente o alemão, o berço do Romantismo, que veio para a América.

5. Discussão dos resultados

A interpretação dos documentos e das narrativas mostra que na maioria das narrativas o apagamento do indígena se expressa ainda que por diferentes estratégias: há a ausência ou silêncio sobre o indígena, nos documentos oficiais, e há a representação *transfigurada*, como *herói* ou como *feiticeira*, a bruxa europeia, nas narrativas literárias citadas.

As narrativas estudadas são oficiais (os documentos) ou legítimas como capital simbólico (Literatura), por isso, são as que prevalecem como “verdade”. A questão dos documentos oficiais faz parte de um instrumento de poder que é controlado pelos meios coloniais, e para que haja uma reviravolta, ou uma nova mirada sob esse aspecto seria necessária uma “libertação da colonização intelectual”, como afirma Mignolo (2013), e isso só pode ser feito por meio da resistência.

A perspectiva das narrativas literárias também são questões que partem de uma “colonização intelectual” dos portugueses e seus descendentes, que habitavam este país juntamente com os indígenas, e se achavam no direito de dominar outros povos que tinham um modo de vida diverso e falavam diferentemente deles, uma vez que a língua é considerada um instrumento de dominação (MIGNOLO, 2003, p. 360).

Esse apagamento é visualizado também nos documentos oficiais que não referenciam os povos indígenas de maneira plena, desde o início da colonização do território brasileiro, uma vez que isso só acontece nos últimos documentos publicados tanto da Constituição quanto das Leis de Diretrizes e Bases da educação nacional – e mesmo assim de maneira superficial como foi demonstrado acima. E como já dito anteriormente, essa forma como é

representado o indígena nos documentos oficiais parte da perspectiva da colonialidade, que diminui, e por vezes até omite certos povos a fim de apagá-los, fazendo de conta que não existem, que não possuem direitos estando em uma mesma nação que outros povos que são infinitamente mais privilegiados uma vez que se enquadram no padrão hegemônico colonial. Tal discrepância de narrativas a respeito dos povos indígenas reverbera ainda mais a questão do apagamento.

Considerações finais

A partir de tudo que foi apresentado no decorrer do trabalho, foi possível fazer certas considerações quanto ao objetivo geral deste estudo que diz respeito a perceber o apagamento do indígena nas narrativas de construção do Brasil sob a perspectiva da sociolinguística decolonial.

A primeira delas é que existe uma *metanarrativa* oficial sobre a construção da brasilidade. Essa metanarrativa foi construída e vem sendo reafirmada por documentos oficiais – as constituições e as leis de diretrizes e bases da educação nacional – e por capitais simbólicos – a língua e a literatura - no caso deste estudo.

A segunda é que nessa metanarrativa oficial, o indígena é *apagado*, é condenado à ausência, embora não à *inexistência*. As principais estratégias de apagamento são (i) o *silêncio*, a ausência como construção da inexistência, nos documentos oficiais – constituições, exceto a de 1988, e LDB, exceto a de 1996 – e em grande parte da literatura brasileira; (ii) o *apagamento cordial*, mesmo quando ele é mencionado nos documentos – na Constituição de 1988 e na LDB de 1996 – ele não é visibilizado como sujeito histórico que é, em sua identidade, e como sujeito autônomo, autor de sua história e de seu destino; (iii) a *transfiguração semiótica*, na Literatura, quando o indígena é representado como herói nacional, mas a imagem é do herói europeu; a índia é representada pela imagem da musa europeia, e a feiticeira indígena tem a representação da bruxa europeia.

Referências

ADICHIE, C. **O perigo da história única**. 2012. (18m49s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>>. Acesso em 31 out. 2018.

ALENCAR, J. de. **Iracema**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

AZAMBUJA, M. P. de. Panorama das representações da cultura oral e da figura indígena na literatura brasileira. **Nau Literária**, v. 9, n. 1, jan./jun. 2013.

BÁEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DIAS, G. **Melhores poemas**. 5.ed. São Paulo: Global, 2001.

FUNAI. 2019. Disponível em: < www.funai.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2019.

GAMA, B. da. **O Uruguai**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade (tradução). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017.

_____. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. (Trad. Solange Ribeiro de Oliveira). Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANTOS, B de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política, para um novo senso comum. Porto: Afrontamentos, 2006.

SANTOS, L. A. O. **O percurso da indianidade na literatura brasileira**: matizes da figuração [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 447 p. ISBN 978-85-7983-020-4. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 20 mar. 2019.

SANTOS, T. F. R. (org.). **Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira africana e indígena**: Aparato legal. Faculdade de Letras/NEHLGO Universidade Federal de Goiás, [s/d].

TOLOSA, J. R. **Propuestas para un análisis decolonial de Palestina-Israel**: (re)conocerel marco interpretativo general de Palestina-Israel. 2018.